**UMA ANÁLISE DO PODER CONFISCATÓRIO DO GOVERNO ESTADUAL: ST
MVA X PREÇO SUGERIDO NA INDÚSTRIA DE SORVETE**

Carolina da Cruz Cardoso de Oliveira

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Antônio Basílio Soares

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Eduardo Duarte Aguiar

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Gláucia Magalhães Dolabela

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Luciana Valéria Vitoriano

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Otília Maria Vitoriano

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o poder confiscatório do Estado quando da imposição de Margem de Valor Agregado (MVA) para apuração da Base de Cálculo da substituição tributária, sobrepondo ao preço final a consumidor sugerido pela Indústria de Sorvetes e seus reflexos financeiros. O estudo está embasado na pesquisa do tipo exploratório-descritiva e o referencial teórico aborda as questões teóricas da substituição tributária, efeito confiscatório, preço de venda, margem de valor agregado. Para tal análise, foi elaborado um estudo de caso em uma Indústria de Sorvetes, com 19 anos de atuação no mercado. Baseou-se na legislação pertinente à Substituição Tributária e no Princípio do Não Confisco. A análise dos resultados revelou que a aplicação do decreto imposto pelo governo estadual eleva muito o custo do produto “Sunday Light”, inviabiliza sua operação no mercado, caracterizando assim o efeito confiscatório.

Palavras-chave: Substituição tributária, poder Confiscatório, limites ao Poder de Tributar.

1 - INTRODUÇÃO

A Constituição Federal garante aos contribuintes uma proteção ao seu patrimônio, quando impõe ao Estado, uma limitação em seu poder de tributar. Inexistindo restrição clara e evidente do que venha a ser confisco, é trivial o acometimento pungente do Poder Público sobre o patrimônio do contribuinte, sendo objeto de estudo de caso concreto, especificamente as relações de consumo.

Para que o processo de tributação venha a ser acatado confiscatório é necessário que o Estado tenha agido de forma desenfreada, desconsiderando a capacidade econômica do contribuinte e obtendo, com o total de suas arrecadações, capital que na verdade, não existe. Neste caso, o Poder Confiscatório se torna evidente, quando o fisco impõe como base de cálculo do ICMS substituição tributária, um percentual de valor agregado, objeto de arrecadação, em detrimento à formação do preço final sugerido a consumidor, levantado pelo próprio industrial, tornando explícita a ganância de arrecadação.

A modalidade de tributação da substituição tributária consiste na fixação de um preço de venda estabelecido pela legislação tributária (intitulada de base de cálculo da substituição tributária, supostamente, equivalente ao preço final do produto ao consumidor final), que serve como base para o recolhimento antecipado do ICMS - Substituição Tributária, já na primeira fase de circulação da mercadoria, preliminarmente recaindo sobre as indústrias, que são chamadas como “substitutos tributários”. A indústria ao vender o produto para a próxima fase da cadeia comercial, além de recolher o ICMS que lhe cabe (operação própria) deverá recolher também ao Estado de destino das mercadorias, o ICMS referente às operações futuras até o consumidor final.

Inúmeras mercadorias são lançadas no âmbito da substituição tributária, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), através de acordos entre os Estados, e em determinadas situações, o próprio Estado institui a regra, vigente exclusivamente para as suas operações internas.

Se por um lado figura o ente arrecadador, impondo uma sistemática de tributação antecipada, através da formação de uma Base de Cálculo arbitrada, por meio da média ponderada de preços, coletados por meio de instrumentos comparativos de preços, usualmente praticados no mercado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos

respectivos setores, intitulada Margem de Valor Agregado (MVA), por outro, no ambiente organizacional, encontra-se a empresa, que fixa seus preços, diga-se base de cálculo, considerando além dos fatores básicos para composição do seu preço de venda, suas particularidades. Alguns setores possuem característica sazonal, que provoca oscilações e redução de preços em determinados períodos, na prática, tal característica é ignorada pelo legislador ao fixar as bases de cálculo por substituição tributária.

As empresas sujeitas ao regime de substituição tributária, que precisam reduzir os preços efetivos de venda dos seus produtos, de acordo com a demanda de mercado, com intuito de torná-los mais competitivos, comparativamente aos valores fixados pela legislação tributária, têm toda a sua estrutura financeira comprometida pela sistemática da tributação, tanto na composição do seu custo quanto nos efeitos financeiros decorrente da antecipação de pagamento do imposto à título de substituição tributária. Diante desta realidade elaborou-se o seguinte questionamento: **É inconstitucional a aplicabilidade do Decreto 45.747 de 29/09/2011 especificamente no produto sorvete “Sunday Light!, frente ao princípio do não confisco?**

Os critérios de fixação da base de cálculo da substituição tributária têm por objetivo prever o preço final da mercadoria ao consumidor final. Para tanto são utilizadas algumas regras de fixação de base de cálculo que variam de produto a produto, e cujas regras gerais estão determinadas no Artigo 8º da Lei Complementar 87/1996, regulamentada em Minas Gerais pelo Decreto 43.080/02.

Com o intuito de responder a pergunta de pesquisa, busca-se como objetivo geral do estudo consiste em analisar o impacto na indústria de sorvete no produto Sunday Light quanto à imposição do governo estadual que através de decretos institui mecanismos para arrecadar mais impostos. E para atender ao objetivo proposto, constituem-se os seguintes objetivos específicos: (i) Investigar o impacto no preço de venda do produto sorvete Sunday Light com a aplicabilidade da Margem de Valor Agregado; (ii) Explicar como o estado estabelece o preço final dos produtos e como institui estes mecanismos; (iii) Identificar o impacto no preço de venda do produto sorvete com a aplicabilidade do preço de venda ao consumidor; (iv) Entender o processo de tributação pelo ICMS substituição tributária.

Nesse contexto, a justificativa encontrada para a realização desta pesquisa pode ser argumentada sob três critérios:

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas questões trazem o conceito de Margem de Valor Agregado (MVA), que se resume basicamente, em um percentual, determinado pelo fisco, que incidirá sobre o valor de compra, acrescido dos respectivos encargos, de determinada mercadoria que esteja no âmbito da substituição tributária. Tal valor é considerado como o valor final de venda da mercadoria na cadeia econômica. Assim, se o adquirente comprar a mercadoria por R\$ 1.000,00 e o percentual de MVA definido for de 20%, aplica-se este percentual sobre o valor da compra e estima-se que a mercadoria seja vendida por $R\$1.000,00 + (R\$1.000,00 \times 20\%) = R\$1.200,00$. A MVA é estabelecida em conformidade ao § 4º do artigo 8º da Lei Complementar 87/96:

§ 4º A margem a que se refere a alínea c do inciso II do caput será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação ser previstos em lei.

Especificamente, nas operações com sorvetes no estado de Minas Gerais, de acordo com o § 3º do artigo 8º da Lei 87/96 que determina que, “Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, poderá a lei estabelecer como base de cálculo este preço”; concomitante com item 2, alínea b, inciso 1 do art. 19 do RICMS/MG.

Segundo o Artigo 19 do RICMS Anexo XV, a base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária é:

- I - em relação às operações subsequentes:
 - a) tratando-se de mercadoria cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, o preço estabelecido;
 - b) tratando-se de mercadoria que não tenha seu preço fixado por órgão público competente, observada a ordem:
 1. o preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) divulgado em portaria da Superintendência de Tributação;
 2. o preço final a consumidor sugerido ou divulgado pelo industrial, pelo importador ou por entidade representativa dos respectivos segmentos econômicos aprovado em portaria da Superintendência de Tributação; ou

3. o preço praticado pelo remetente acrescido dos valores correspondentes a descontos concedidos, inclusive o incondicional, frete, seguro, impostos, contribuições, royalties relativos a franquia e de outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação sobre o referido montante do percentual de margem de valor agregado (MVA) estabelecido para a mercadoria na Parte 2 deste Anexo e observado o disposto nos §§ 5º a 8º deste artigo; [...]

Portanto, de acordo com os dispositivos legais, acima mencionados, a fixação da base de cálculo da substituição tributária, deve seguir, criteriosamente, a sequência das opções: primeiramente se existir preço tabelado para a mercadoria, este servirá de base de cálculo; segunda opção, se existir o preço médio ponderado a consumidor, fixado em portaria, este servirá de base de cálculo; terceira opção, se existir preço final a consumidor sugerido pelo fabricante da mercadoria, este servirá de base de cálculo e, por fim, não existindo, preço tabelado ou sugerido pelo fabricante, a base de cálculo será composta pelo valor da operação acrescida do respectivo MVA.

Contudo, o ente arrecadador do Estado de Minas Gerais, alterou o RICMS, instituindo por meio do Decreto 45.747 de 29/09/2011, a obrigatoriedade da adoção do MVA de 70% (setenta por cento), correspondente à mercadoria denominada 'sorvete', na hipótese em que o valor da operação própria do industrial de sorvete (remetente) seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do seu preço final sugerido a consumidor. Ou seja, mesmo utilizando da prerrogativa, que a própria lei lhe confere, de trabalhar na formação do seu preço de venda e sugerir o seu preço final a consumidor, o industrial de sorvete passou a ter que rever toda a composição do seu custo como forma a atender a nova legislação e minimizar os impactos financeiros e comerciais, consequência desta nova imposição fiscal. Prescreve o artigo 150, IV, da Constituição Federal de 1988: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] IV- utilizar tributo com efeito de confisco;"

O conceito de tributo vem estipulado no Código Tributário Nacional, que em seu artigo 3º versa que, "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Já o termo confisco, ou confiscação, significa de acordo com o Vocabulário Jurídico, DE PLACIDO E SILVA, "vocábulo que se deriva do latim *confiscare*, tendo o sentido de ato pelo

qual se apreendem e se adjudicam ao fisco bens pertencentes a outrem, por ato administrativo ou por sentença judiciária, fundados em lei”.

Analisando os conceitos acima expostos, verificamos o princípio do não confisco, que na verdade é uma norma imposta ao Estado para impedir sua liberdade absoluta da vontade de instituir tributos, determinando limites para a ação estatal.

No entendimento de ESTEVÃO HORVATH (2002, pág. 49) em sua obra “O princípio do não-confisco no direito tributário”, a noção de tributo exorbitante não envolve apenas aqueles tributos que possam produzir efeito confiscatório, mas toda a tributação que comprometa de forma abusiva a renda e o patrimônio do contribuinte, ou lhe iniba o consumo. Em sua obra, questiona se a forma de aferição da confiscatoriedade deve dar-se em determinado tributo ou em relação a toda carga tributária.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2010/DF, requerido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), julgado em 13.06.02, esclarece que o efeito confiscatório do tributo deve ser avaliado em função do sistema, isto é, de toda a carga tributária, levando em conta a capacidade econômica do contribuinte para suportar e sofrer a incidência da totalidade de tributos que ele deverá pagar, dentro de determinado período, à mesma entidade estatal.

Portanto, para que o sistema de tributação venha a ser considerado confiscatório é necessário que o Estado tenha agido de forma excessiva, desconsiderando a capacidade econômica do contribuinte e atingindo, com o total de suas arrecadações, haveres inexistentes.

Como a Constituição Federal não criou nenhum parâmetro quantitativo pelo qual se possa aferir se o quantum pago a título de tributo tem efeito confiscatório, é muito difícil identificar se um tributo originou o efeito de confisco, ou, especificamente, se o sistema da substituição tributária produziu uma natureza confiscatória.

3 – METODOLOGIA

Segundo Andrade (1998, p. 111), “Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. O tipo de pesquisa utilizado para este estudo é considerado sendo como descritiva.

Na primeira etapa, a pesquisa terá como foco a utilização de dados secundários, através de revisão bibliográfica, de modo a aprofundar o entendimento das questões relativas à metodologia de tributação ICMS Substituição tributária e seus efeitos.

Segundo Cervo e Bervian (1983, p. 55) apud Beuren (2006, p.86) definem a pesquisa bibliográfica como a que:

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Na etapa seguinte, foi feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa tem o propósito de expor características da empresa analisada bem como o cenário que ela está inserida estabelecendo correlações entre variáveis, definindo assim sua natureza e a pesquisa quantitativa busca o levantamento de dados do custo da indústria de sorvetes referente ao produto “Sunday Light”.

Nesta etapa, o trabalho será feito através do levantamento de dados primários, verificando o impacto do cálculo da margem de Valor Agregado imposta pelo decreto no custo do sorvete e na arrecadação de impostos comparando com a tabela do preço final ao consumidor final.

Esta fase teve como objetivo verificar se haverá aumento na arrecadação de impostos através do ICMS ST com a implantação do decreto.

Por fim, foi feito uma análise do impacto do aumento do custo do produto para a indústria de sorvete ao convergir para o decreto imposto pelo governo estadual.

4- RESULTADO DA PESQUISA

4.1 – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa SORVETES NOVOS HORIZONTES, é uma Empresa de Pequeno Porte, optante pelo SIMPLES NACIONAL, de cunho familiar, que tem como atividade econômica a Industrialização e Comercialização de Sorvetes. Foi inaugurada em 23/06/1992 com abertura de sua sede, em Sete Lagoas (MG), tendo o proprietário uma perspectiva de inserir sua marca, Sorvetes Novos Horizontes, em sua cidade natal, atendendo uma necessidade do mercado, que era deficitária naquela época, haja vista o crescimento exponencial do setor sorveteiro no mercado nacional. Uma característica marcante e imperiosa da atividade, desde o início, foi a industrialização e a própria comercialização do sorvete, direcionada, primeiramente, para o consumo individual, em que eram concentrados todos os esforços em detalhes característicos do consumidor local, tais como preferência de sabores e diversificação de produtos.

A produção artesanal, muito tímida, era apresentada em pequenas porções e unidades. Distribuída no varejo através de carrinhos de picolés, característica peculiar da região, que circulavam pelos bairros e principalmente pelo centro da cidade, serviam, além de pontos de venda, como um grande meio de divulgação da nova marca. O produto também era distribuído em festas particulares, escolares e religiosas, onde concentravam grande número de pessoas.

A meta era aumentar as vendas e a participação no mercado, pressupunha-se que mais vendas significariam mais dinheiro em caixa e mais lucros. Embora, não possuísse conhecimento em gestão empresarial, o proprietário sempre teve a preocupação de conduzir seu negócio focado na qualidade de seus produtos. Para isso, sempre procurou acompanhar as tendências de mercado do setor sorveteiro, participando de feiras, convenções e exposições, além de se ingressar em órgãos representativos da classe a fim de alinhar-se aos seus concorrentes.

O conhecimento e informação adquiridos na atividade de fabricação de sorvetes, e o aperfeiçoamento constante na qualidade do seu produto, resultaram no crescimento gradativo do negócio, surgindo então, a necessidade imperiosa de ampliar suas instalações. Em 08/02/1999, a empresa abriu sua filial, com sede própria, também na cidade de Sete Lagoas (MG), para onde foi transferida a fábrica. Com a compra de novo maquinário, adquirido por meio de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), e conseqüentemente da capacidade produtiva, foi necessário ampliar seus pontos de vendas. Surgindo a partir daí a ideia de oferecer seus produtos em estabelecimentos comerciais que tomariam o lugar dos carrinhos de picolés ambulantes. O ponto de venda foi uma das estratégias utilizadas para testar novos produtos antes de serem levados para outros mercados consumidores.

A ideia de estabelecer parcerias com pequenos estabelecimentos comerciais, oferecendo *freezers* em comodato para armazenamento de seus produtos, contribuiu para que a produção crescesse exponencialmente. Ficava acordado entre os estabelecimentos, que a fábrica disponibilizaria os *freezers* sem nenhum custo de manutenção para o estabelecimento comercial, e este ficaria responsável pela compra e revenda dos produtos.

Com a nova estruturação do parque industrial, com processos de elaboração automatizados com máquinas contínuas, que permitem manejar maiores volumes e diversificar a produção, a empresa passou a atuar também em outro mercado, o de consumo em casa, cuja demanda está concentrada em sorvetes envasados em embalagens de diversos tamanhos, e nas sobremesas, tipo: tortas e bolos de sorvete. O que permitiu ampliar a carteira de clientes, incluindo agora, padarias, mercearias, supermercados e eventos, voltados para o segmento familiar.

As características essenciais da empresa, de sempre respeitar o perfil e o paladar do seu cliente, com intuito de fidelizá-lo, de acompanhar as fortes tendências do setor sorveteiro, permitiu uma produção de excelente qualidade e de ótima aceitação no mercado, o que permitiu estabelecer como meta para o ano de 2011, um faturamento na casa de um milhão de reais e 500 pontos de venda.

De acordo com a cartilha “Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Sorvete de Minas Gerais” (FIEMG, 2008), o Brasil possui cerca de 5.000 indústrias de sorvete, sendo em sua grande maioria micro e pequenas empresas. O maior parque industrial está localizado no sudeste do país, representando 41% do total da indústria, e cerca de 45% de toda a mão de

obra industrial do setor. Como este é um produto de consumo quase sazonal, sua produção aumenta em 40% nos meses de verão.

Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Sorvetes (ABIS), em 2010 o setor faturou cerca de US\$1.939 milhões de dólares com constante investimento no setor, principalmente com o grande volume de investimento feito pelas maiores empresas do ramo, como Kibon e Nestlé.

A indústria do sorvete é uma atividade econômica de importância para o Estado de Minas Gerais. De acordo com as estatísticas do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), o Estado possui o segundo maior parque industrial, ficando somente atrás de São Paulo. Minas Gerais reúne 852 estabelecimentos. No total, esse conjunto de empresas gerou 2.090 empregos diretos e estima-se que o setor indiretamente gere seis mil empregos.

A produção de sorvete é pulverizada por todo o estado de Minas Gerais e a produção destina-se em grande parte ao mercado interno. Os principais canais de comercialização são as vendas em sorveterias próprias (26,4%), em sorveterias no geral (12,4%) e em pontos de vendas trabalhados (17,5%), a exemplo: barzinhos, lanchonetes, padarias, escolas, entre outros. Há uma relevante concentração de empresas do setor na região central, com 37% do total. Destas, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é responsável por 23,5%, com destaque para a capital mineira, com mais de 70 fábricas. Em segundo lugar, vêm os municípios de Montes Claros, com 21 empresas, e de Contagem, Uberaba, Sete Lagoas, Patos de Minas e Uberlândia, com até 19 empresas.

4 – ANÁLISE DOS DADOS

A empresa analisada possui o regime de tributação no âmbito estadual o regime da Substituição Tributária, que é um instituto jurídico que atribui para determinado contribuinte a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS relativo a fato gerador praticado por terceiro, além do ICMS das suas operações próprias, nos termos do Convênio, Protocolo ou Decreto Estadual.

Verifica-se que de acordo com os dados levantados pela indústria de sorvetes referente ao preço de custo do produto “Sorvete Sundae *Light*”, o preço de venda praticado pelo industrial aplicado uma margem de 40% é de R\$2,55, conforme planilha demonstrada abaixo, o que correspondente a 80,85% do preço final sugerido a consumidor (R\$3,15) determinado pela legislação vigente.

Planilha de Custo - Sorvete <i>Light</i>				
Custo Variável	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Base neutra Light	gr	7,50	28,48	213,60
Leite em pó	gr	12,000	9,50	114,00
Gordura	gr	2,000	4,37	8,74
Água	lt	50	0,03	1,50
Emustab	gr	1,140	8,98	10,24
Xarope light	ml	0,900	20,00	18,00
Adesivo	und	150	0,06	9,45
Chocolate light	gr	0,096	35,88	3,44
Chocolate light	gr	0,096	35,88	3,44
embalagem mini sandae	170ml	935	0,10	93,50
Emustab	gr	8,98	1,14	10,24
Sub Total				486,15
Custo Fixo				1.215,20
Sub Total Custo de Produção				1.701,35
Qte produzida	ml	159.000	0,0107	1.701,35
Transformação				
Mini sundae 170ml	und	935	1,81906	1.700,82
Margem	40%		0,7276	
Preço de venda		935	2,5467	2.568,24
Preço sugerido ao consumidor - margem 24%				3,15

Planilha 1: Custo do Sorvete Light

Em atendimento à nova regra de fixação da base de cálculo ST, considerando que o preço praticado pelo industrial é maior que 80% do preço final sugerido a consumidor, para a mercadoria Sorvete Sundae *Light*, para cálculo da substituição tributária, deve-se considerar o cálculo pelo MVA de 70%. Ou seja, o industrial deve apurar e recolher o ICMS substituição tributária pelo MVA estabelecido no decreto, o que neste caso reduz a margem

do produto consideravelmete se o contribuinte arcar com esta diferença e trabalhar com negociações comerciais a título de desconto.

Variação do preço de venda X preço sugerido			
Produto	Preço venda	Preço sugerido	▲ %
Sorvete Sundae Light	2,5467	3,15	80,85

Planilha 2: Variação percentual dos valores de preço de venda x preço sugerido

O cálculo da substituição tributária com base no MVA de 70%, em atendimento ao art 52-A da Parte 1 do Anexo XV do RICMS/02, gera um débito de imposto de 0,77, sendo que pelo preço sugerido o imposto devido é 0,567, que implica em uma diferença de apuração do ICMS ST no valor de R\$0,21 por produto, equivalente à uma variação percentual de 292% de arrecadação, haja vista o valor do ICMS ST calculado sobre o preço final sugerido a consumidor corresponder a R\$0,11 e sobre o MVA corresponder a R\$0,31, conforme demonstrado abaixo:

Comparativo MVA X Preço Sugerido		
Produto	MVA 70%	Preço Sugerido
Sorvete Sundae Light	4,33	3,15
	18%	18%
	0,7794	0,567
	Diferença	0,2124

Planilha 3: Comparativo de valores (MVA x Preço Sugerido)

Produto	Valor Produto	Alíq.	ICMS	Preço Sugerido	Alíq.	ICMS	ICMS ST
Sorvete Sundae Light	2,5467	18%	0,4584	3,15	18%	0,5670	0,1086

Planilha 4: Cálculo do ICMS ST pelo preço final sugerido a consumidor

Produto	Valor Produto	Alíq.	ICMS	MVA 70%	Alíq.	ICMS	ICMS ST
Sorvete Sundae Light	2,5467	18%	0,4584	4,33	18%	0,78	0,32

Planilha 5: Cálculo do ICMS ST pelo MVA 70%

Sendo assim, o preço final do produto fica muito alto inviabilizando assim sua operação no mercado, além das particularidades para a produção do Sorvete Sundae *Light* eleva também o custo de fabricação exponencialmente para o industrial, devido à necessidade de disponibilizar todo o maquinário para a produção exclusiva do produto *light*, além de realizar uma produção inferior à sua capacidade produtiva, devido à baixa

rotatividade do produto decorrente de uma tímida demanda, que exige uma pequena produção a fim de minimizar as perdas.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de analisar o impacto na indústria de sorvete no produto Sunday Light quanto à imposição do governo estadual que através de decretos institui mecanismos para arrecadar mais impostos permitiu analisar que aplicar a legislação vigente o contribuinte de sorvete modalidade Sunday Light eleva muito o custo do seu produto para a comercialização.

A aplicação da norma imposta pelo Decreto 45.747 de 29/09/2011, alterando o RICMS/MG, acarreta impactos devassos na situação financeira do industrial, devido ao excessivo aumento do imposto, que, possivelmente será repassado ao consumidor final e/ou revertido em descontos incondicionais para não implicar no desfazimento do negócio, com reflexos negativos na relação comercial com o destinatário, implicando diretamente no seu custo financeiro.

Verifica-se que a imposição do cálculo da substituição tributária pelo MVA em detrimento ao preço final sugerido pelo fabricante, fica explícita a manobra do fisco para garantir o aumento da arrecadação, sem se importar com as implicações sofridas pelo industrial.

Observa-se que mesmo se reservando ao direito legal de sugerir o preço final a consumidor para cálculo da substituição tributária, o industrial de sorvete se viu obrigado a aplicar o MVA de 70% para apuração de referido imposto, na contramão do seu preço final sugerido a consumidor final, comprometendo diretamente a competitividade do seu produto.

Por fim, conclui-se que a mudança da formação da base de cálculo da substituição tributária, com a imposição da aplicação da MVA, instituída pelo Decreto 45.747, sobrepondo a prerrogativa garantida ao industrial, pelo RICMS/MG e Lei Complementar 87/96, de sugerir o preço final de venda ao consumidor, alcança um aumento de arrecadação de 292% no produto Sorvete Sundae *Light*, em relação ao preço final sugerido pelo fabricante, o que caracteriza o efeito de confisco, ferindo a proteção constitucional garantida pelo ordenamento jurídico pátrio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Brasília. Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966, Alterada pela Lei Complementar nº 118 de 09/02/2005. Disponível em:< <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm> >

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_150_.shtm>

BRASIL. **Lei Complementar Nº87, de 13 de Setembro de 1996**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 11 dez. 2011, 10:25:00.

DE PLÁCIDO E SILVA, **Vocabulário Jurídico**, Volume I, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1982, Pag. 505.

FIEMG / IEL - MG / SINDISORVETE. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Sorvete de Minas Gerais: rumo aos desafios; capacitação, nacionalização e cooperação das empresas do setor**, Belo Horizonte, MG, 2008, 75 p.

HORVATH, Estevão. **O princípio do não-confisco no direito tributário**, São Paulo, SP, Ed. Dialética, 2002.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). **Anexo XV da Substituição Tributária**. Disponível em: < http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms_2002_seco/anexoXV2002_2.htm>. Acesso em: 10 dez. 2011, 09:45:00.